

## **COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**

#### **REQUERIMENTO Nº , DE ( Da Sra. Suely Campos)**

Solicita seja convidado o Srº Diretor de Articulação Política para a região Amazônica do Ministério do Meio Ambiente.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Srº CÁSSIO ALVES PEREIRA, Diretor de Articulação Política para a região Amazônica do Ministério do Meio Ambiente a fim de apresentar e discutir o Programa de Desenvolvimento Sustentável referente a Rodovia BR – 163 que liga Cuiabá a Santarém, denominado Plano BR-163.

### **JUSTIFICAÇÃO**

São 1.780 quilômetros de estrada atravessando uma das regiões mais ricas da Amazônia e do País em recursos naturais, potencial econômico, diversidade étnica e cultural, com a presença de biomas como a Floresta Amazônica, o Cerrado e áreas de transição entre eles, além de bacias hidrográficas importantes como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós. A rodovia BR-163 foi aberta nos anos de 1970 como uma das grandes obras de infra-estrutura projetadas pela ditadura militar para pretendamente tentar integrar a Amazônia à economia nacional.

**\*76702E1100\***

76702E1100

O asfaltamento da estrada ainda não foi concluído, restando 953 quilômetros entre Nova Mutum(MT) e Santarém(PA), mas tornou-se, nos últimos anos, reivindicação de vários setores econômicos regionais, os quais alegam que a obra poderia facilitar e baratear o escoamento da produção agropecuária do norte do Mato Grosso, um dos pólos mais dinâmicos do País no cultivo de grãos, em direção ao Rio Amazonas. Além disso, segundo empresários e políticos, a pavimentação da rodovia também poderia encurtar o transporte dos produtos eletro-eletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus até os grandes centros da região Sul.

Mesmo reconhecendo os benefícios que o asfaltamento da rodovia trará, a realização dessa obra não pode prescindir de uma ação governamental coordenada que vá no sentido de assegurar que o ordenamento regional conte com também os interesses dos movimentos sociais, das populações indígenas, e a conservação dos recursos naturais, sobretudo, da qualidade da água.

Foi necessário organizar um longo processo de discussão com os vários representantes da sociedade civil para que os anseios e as reivindicações da população local fossem incorporados na construção de um modelo de gestão territorial previsto nas agendas e políticas públicas. O processo de articulação surgiu no seio dos movimentos sociais e resultou em vários eventos, com grande participação da sociedade civil organizada.

Porém muito pouco tem sido feito para que tais ações governamentais saiam efetivamente do papel. Em virtude da pressão exercida pela mobilização, o governo federal, em fevereiro de 2004, começou a preparar o esboço para um plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-163, criando o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) responsável pela elaboração do documento sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Em fevereiro de 2005, foi finalizada uma primeira versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163, já com diretrizes estratégicas e ações prioritárias.

A versão final do documento não foi apresentada e nem mesmo definitivamente aprovada. Além disso, parte das ações previstas no Plano precisaria ser iniciada com certa antecedência, pois têm caráter estruturante e deveria antecipar-se às consequências das obras.

Sendo esta comissão um órgão técnico que busca o desenvolvimento regional da Amazônia, é preciso que busquemos indicar caminhos que orientem os formuladores e gestores públicos na tarefa de fortalecer e ampliar as condições de vida dos habitantes de nossa região, procurando ajudar a desenvolver políticas de inclusão social e de preservação do patrimônio natural.

E para tanto, julgo essencial o profundo conhecimento desta Casa acerca dos progressos já alcançados, qual a real situação do Plano BR-163 e

dos trabalhos desenvolvidos no Ministério do Meio Ambiente.

Assim solicitamos, à Presidência desta Comissão a realização da referida audiência pública.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 2006

# Deputada Suely Campos PP/RR

76702E1100 \*76702E1100\*